

Autismo e práticas pedagógicas na educação infantil: discussão de dados mediatizada pelo Portal Capes e Portal BDTD

Autism in early childhood education: discussion of data mediated by the Capes Portal and BdtD Portal

Grazielle Aparecida Steciuk¹

<https://orcid.org/0009-0003-6413-3996>

Viviana Patrícia Kozłowski Lucyk²

<https://orcid.org/0000-0002-9671-6366>

Adair Ângelo Dalarosa³

<https://orcid.org/0000-0001-6701-152X>

Recebido em: 02 nov. 2023.

Aceito em: 01 mar. 2024.

RESUMO

A presente pesquisa traz reflexões sobre as práticas pedagógicas aplicadas na Educação Infantil com crianças autistas. Objetivou-se evidenciar as principais práticas pedagógicas aplicadas na Educação Infantil com criança autista, a partir dos dados advindos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e dos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) publicados entre 2019 e 2023. A metodologia é de cunho bibliográfico, com embasamento em autores como Cunha (2015), Alves (2007), Mazzotta (2011) e Mendes (2010), entre outros, seguida de revisão de literatura. Com relação à estrutura do artigo, subdivide-se em quatro momentos, sendo no primeiro, apresentados algumas considerações sobre o histórico e legislação da educação especial e inclusiva; no segundo momento é apresentado o autismo e suas características; no terceiro momento uma pequena discussão sobre práticas pedagógicas; e o quarto momento é denominado análise de dados, que traz resultados da pesquisa realizada, seguida das considerações finais e referências. Conclui-se que é preciso discutir mais sobre as práticas pedagógicas aplicadas a crianças autistas, pois há poucos trabalhos sobre o assunto. Os trabalhos analisados sugerem, em comum, melhorias na formação continuada de professores para que se tenha práticas pedagógicas diferenciadas que auxiliem o trabalho dos professores para o desenvolvimento e aprendizagem da criança com transtorno do espectro autista (TEA).

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – Campus de União da Vitória. E-mail: graziellesteciuk@gmail.com.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Mestra em Educação pela da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Professora docente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* de União da Vitória. E-mail: vivipk23@yahoo.com.br.

³ Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor efetivo da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. E-mail: adairdalarosa@hotmail.com.

Palavras-chave: Educação especial e inclusiva. Autismo. Práticas pedagógicas. Educação infantil.

ABSTRACT

The present research brings reflections on the pedagogical practices applied in Early Childhood Education with autistic children. The objective was to highlight the main pedagogical practices applied in Early Childhood Education with autistic children, based on data from the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the journals of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) published between 2019 and 2023. The methodology is bibliographic, based on authors such as Cunha (2015), Alves (2007), Mazzotta (2011) and Mendes (2010), among others, followed by a literature review. Regarding the structure of the article, it is subdivided into four moments, the first of which presents some considerations about the history and legislation of special and inclusive education; in the second moment, autism and its characteristics are presented; in the third moment, a small discussion about pedagogical practices; and the fourth moment is called data analysis, which brings results of the research carried out, followed by final considerations and references. It is concluded that it is necessary to discuss more about the pedagogical practices applied to autistic children, as there are few studies on the subject. The analyzed studies suggest, in common, improvements in the continuing education of teachers in order to have differentiated pedagogical practices that help the work of teachers for the development and learning of children with autism spectrum disorder (ASD).

Keywords: Special and inclusive education. Autism. Pedagogical practices. Early childhood education.

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira de inclusão escolar tem evoluído nos últimos anos, explicitamente com as políticas educacionais implementadas a partir de 2003, ano em que o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Educação Inclusiva. Este marco proporcionou o crescimento do número de crianças com necessidades especiais ingressando na escola regular de Educação Infantil.

O interesse em estudar questões que envolvem a educação especial e inclusiva e as práticas pedagógicas aplicadas na Educação Infantil com criança autista provém da atuação profissional como professora auxiliar em um Centro Municipal de

Educação Infantil (CMEI). Ao receber na turma uma criança autista, surgiram as questões: Como promover a inclusão da criança autista e conseguir progressos que sejam significativos para ele? Quais características possui a criança autista? Que práticas pedagógicas podemos utilizar no processo de ensino-aprendizagem desta criança?

Para responder a estas questões, propôs-se uma investigação de fontes bibliográficas com embasamento em autores como Cunha (2015), Alves (2007), Mazzotta (2011) e Mendes (2010), entre outros, seguida de revisão de literatura, a partir dos dados advindos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e dos periódicos da CAPES publicados entre 2019 e 2023.

A partir desta problematização, o presente artigo pretende evidenciar as principais práticas pedagógicas aplicadas na Educação Infantil com crianças autistas. Nossa intenção é selecionar as práticas pedagógicas mais relevantes identificadas no levantamento de dados, para subsidiar o trabalho de professores da Educação Infantil que recebem crianças autistas. Buscamos trazer uma reflexão sobre a temática e indicar possíveis caminhos para que a inclusão se efetive.

O artigo subdivide-se quatro momentos, sendo no primeiro, são apresentadas algumas considerações sobre o histórico e legislação da educação especial e inclusiva; no segundo momento é apresentado o autismo e suas características; no terceiro momento uma pequena discussão sobre práticas pedagógicas; e o quarto momento, denominado análise de dados, traz os resultados da pesquisa realizada, seguida das considerações finais e referências.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSIDERAÇÕES

Na legislação brasileira atual, a inclusão de alunos deficientes nas escolas regulares de ensino é garantida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ao estabelecer que:

[...] os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude das suas deficiências. (BRASIL, 2008, p. 2)

Porém nem sempre foi assim. Em sua obra intitulada “Educação especial no Brasil: história e políticas públicas”, Mazzotta (2011, p.28) divide a evolução da

educação especial no Brasil em dois momentos: “1) de 1854 a 1956 – iniciativas oficiais e particulares isoladas e 2) de 1957 a 1993 – iniciativas oficiais de âmbito nacional.” E complementa destacando que “[...] através do Decreto Imperial n. 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.”

Com base no exposto acima é possível perceber que a Educação Especial no Brasil surge separada do ensino para pessoas sem deficiência, pois de acordo com Kassar (2012, p. 2): “Esta separação materializou-se na existência de um sistema paralelo de ensino, de modo que o atendimento de alunos com deficiência ocorreu de modo incisivo em locais separados dos outros alunos”.

Esse cenário de separação começa a ser superado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, que afirma que: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A partir deste dispositivo legal inicia-se o processo de inclusão nas escolas regulares.

Outros dispositivos legais que almejam à igualdade de direitos surgem no Brasil e sofrem influências externas provenientes da Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990 e da Declaração de Salamanca de 1994, na qual o direito à educação para as pessoas com necessidades especiais se fortalece, e fica assegurado que “qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados” (UNESCO, 1994, p. 1).

Nesta perspectiva observa-se que em meados dos anos 1990 o país começa a adotar políticas de educação para todos. A partir de então, a Educação Inclusiva começa a ser considerada fundamental para o desenvolvimento do estado democrático.

Tradicionalmente, a história da educação especial no Brasil tem se processado de forma paralela ou independente dos movimentos da educação regular. Dado que existe uma necessidade urgente de universalização do acesso, esta meta deve ser traçada pelo sistema da educação geral, uma vez que, uma escola popular para uma sociedade com acentuada estratificação social, que pretende ser mais democrática, não poderá surgir quando existem mecanismos tão efetivos de exclusão e seletividade social. Assim, a grande e conjunta luta é a de como construir uma escola brasileira pública de melhor qualidade para todos, e ao mesmo tempo, garantir que as especificidades da

população alvo da educação especial sejam respeitadas (MENDES, 2010, p. 106).

No enunciado da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que foi promulgada em 1996, é reafirmada nos artigos 58, 59 e 60 a oferta aos educandos com necessidades especiais na rede regular de ensino, assegurando recursos para que a inclusão aconteça. Destaca-se nas orientações da LDB - Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) a redação do seu art. 59:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...] III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Seguindo nesta linha, no ano de 2016 entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015). Também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, essa destina-se a assegurar e promover os direitos a essas pessoas e estabelece punições para casos de discriminação. Com relação à inclusão escolar, a redação da lei dedica o capítulo IV ao direito à educação, onde assegura a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Determina também a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, e ainda proíbe as escolas particulares de cobrarem valores adicionais por esses serviços. Outro aspecto relevante que a referida lei traz no artigo 28º, incisos X e XI, relaciona-se com a prática pedagógica e formação docente:

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; (BRASIL, 2015).

Com a finalidade de compreendermos a inclusão da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), trazemos a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, e vem reafirmar os princípios inclusivos, já presentes em outros documentos. A lei declara que a pessoa com TEA, para todos os efeitos legais, é considerada pessoa com deficiência, sendo-lhe assegurado o direito de estudar em escolas regulares e “[...] direito a acompanhante especializado” (BRASIL, 2012).

Pela análise histórica da educação especial no Brasil, notam-se as dificuldades no processo de inclusão. Pela citação abaixo percebe-se que as questões sociais e capitais influenciam muito para esse desenvolvimento. Poucos investimentos eram destinados para a Educação Básica, e a Educação Especial ficava um pouco de lado. Dota e Alves (2007), em uma de suas obras, comentam que:

Em relação à educação especial no Brasil, apesar do pouco investimento e do descaso político, foi ganhando seu espaço de forma lenta, por meio da criação de inúmeras instituições. Essas instituições eram de caráter assistencialista e cumpriam apenas sua função de auxílio aos desvalidos. (DOTA; ALVES, 2007, p. 2)

Atualmente é nítido observar que a inclusão está se tornando cada vez mais forte, não somente na educação, mas em toda a sociedade. Percebe-se também a importância das políticas públicas para melhorar e ampliar esse processo. Mazzotta (2011, p. 223) aponta a importância dos avanços da ciência e tecnologia, o que favoreceu a criação de aparelhos e instrumentos para facilitar a vida de pessoas portadoras de deficiência. Essa nova realidade possibilita ainda mais a inclusão, principalmente nas escolas, proporcionando o direito à educação para todos.

AUTISMO: CARACTERÍSTICAS DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Antes de apresentar as características das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) faz-se necessário entender o significado de autismo. Assim destacamos alguns dados históricos para compreendê-lo:

Os primeiros estudos sobre o Autismo foram iniciados pelo psiquiatra Leo Kanner, em 1943, quando estudou um grupo de crianças com características clínicas específicas, que assumiam comportamentos diferentes daqueles já conhecidos pela literatura das síndromes psiquiátricas. (RODRIGUES; SPENCER, 2015, p.17)

Os casos de crianças com autismo existiam desde as épocas antigas, porém pouco se preocupava em estudá-los. O psiquiatra Kanner, em 1943, estudou e avaliou 11 crianças com idades de dois a oito anos, e o que mais identificou foi o comportamento de afastamento social: “[...] denominou retraimento autístico, notável desde os primeiros períodos do desenvolvimento” (RODRIGUES; SPENCER, 2015, p. 17).

O psiquiatra continuou seus estudos e acreditava que o autismo não deveria ser comparado com a esquizofrenia infantil, embora continuasse no grupo das psicoses infantis.

Durante o processo de pesquisa, ressalta a importância da verificação do Autismo como sintoma primário, afastando o distúrbio autístico de outros casos orgânicos (Afasia Sensorial Congênita) e psíquicos (Demência de Heller). (RODRIGUES; SPENCER, 2015, p.18)

Após seus estudos, Kanner afirmava que o autista possuía uma incapacidade de estabelecer algumas relações sociais e de reagir a situações da realidade. Os trabalhos e investigações do psiquiatra foram agregados por outros estudiosos como Chapman, Diatkine e L. Bender, entre outros.

No Brasil, os primeiros casos de crianças com deficiência foram estudados por médicos, que tiveram maior interesse em analisá-las após a criação de serviços de saúde pública e higiene mental. A partir desse início de estudos, começa-se a criar instituições para crianças juntamente com sanatórios psiquiátricos (MENDES, 2010). Mendes (2010) pontua ainda que alguns médicos identificavam as deficiências como uma doença relacionada à pobreza ou falta de higiene.

Em 1929 chega ao Brasil Helena Antipoff, que estudou Psicologia na França, e criou o Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais. Em 1932 fundou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, que se expandiu por todo o país (MENDES, 2010).

Além dessas iniciativas participou ativamente do movimento que culminou na implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954, além de influenciar a formação de um contingente grande de profissionais que passaram a se dedicar à área nos anos posteriores (MENDES, 2010, p. 97).

Enicéia Gonçalves Mendes (2010) identifica em seu texto que os primeiros cursos de formação de professores na área de Educação Especial começaram a surgir no final da década de 1970.

Na literatura relativa ao TEA encontramos diversas características, no entanto para os limites deste texto vamos nos deter à descrição das características apresentadas pelas crianças com faixa etária da Educação Infantil.

O TEA é caracterizado por comprometimentos sociocomunicativos e também por padrões repetitivos de atividades e comportamentos (OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Os sintomas variam muito de indivíduo para indivíduo. Em alguns quadros, há o acometimento de convulsões, já que o transtorno pode vir associado a

diversos problemas neurológicos e neuroquímicos. Aparece desde o nascimento ou nos primeiros anos de vida, proveniente de causas ainda desconhecidas, mas com grande contribuição de fatores genéticos. Trata-se de uma síndrome tão complexa que pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Isto porque o autismo varia em grau de intensidade e de incidência dos sintomas. (CUNHA, 2015, p. 23)

A criança com TEA apresenta desde pequena alguns sinais comportamentais. Cunha (2015), em sua obra, descreve algumas características que podemos observar: isolar-se das pessoas, não manter contato visual, não responder quando chamado, não aceitar mudanças de rotina, agitação desordenada, sensibilidade a barulhos. Essas são algumas das principais características da criança autista.

Rodrigues e Spencer, em sua obra “A Criança Autista: um estudo psicopedagógico” (2015), descrevem experiências, relatos e pesquisas teóricas acerca do autismo e apontam que, durante as observações, perceberam que alguns autistas fixaram-se apenas em uma parte do corpo ou algum detalhe do vestuário de outra pessoa. Também notaram as manias e gestos repetitivos, entre muitos outros traços marcantes.

Essas características são mais fáceis de identificar quando há convivência com outras crianças, e isso ocorre principalmente quando entram na escola. Porém nota-se que a presença de crianças com transtorno de desenvolvimento é um desafio para os educadores, principalmente da área da Educação Infantil. Uma das dificuldades é a formação de professores acerca de demandas específicas de acessibilidade, as aprendizagens, e também as questões estruturais adequadas das escolas, que muitas vezes dificultam o trabalho pedagógico.

PRÁTICA PEDAGÓGICA

Cunha (2015) descreve a preocupação com a formação dos professores, e nota que há uma grande dificuldade em constituir práticas de ensino que superem os obstáculos quanto ao acesso e permanência de alunos com deficiência nas escolas.

Há a demanda por uma educação de combate ao preconceito e com ações educacionais inclusivas, uma práxis para extinguir definitivamente os contextos segregantes, historicamente impostos aos alunos da educação especial (CUNHA, 2015, p. 43).

O autor coloca ainda que há poucas literaturas pedagógicas ligadas às práticas da Educação Especial, e com isso os professores acabam ficando sem um suporte para o trabalho docente. Necessita-se que haja uma formação crítica e

consciente das questões sociais, econômicas, políticas e também condições estruturais adequadas nas instituições, pois a criança de Educação Especial exige muitas condições educativas, principalmente acessibilidade. “O que é mais importante fazer? É possível educar? É possível aprender? É possível incluir? São questões que sempre emergem no fazer pedagógico” (CUNHA, 2015, p. 48).

Essas questões constituem-se em grandes desafios para a construção de instituições educativas inclusivas, juntamente com a estrutura física e a formação de professores, visto que encontramos com frequência instituições com precariedade na estrutura física, ou seja, despreparadas no quesito acessibilidade. O despreparo também se estende à formação de professores, como evidenciam Diniz *et al.* (2018, p. 4):

[...] muitos professores trazem questionamentos acerca da falta de preparação de ambos para receber esse público. Alguns questionamentos são elencados por esses profissionais a respeito da inclusão como por exemplo: "não sei por onde começar", "vai prejudicar os outros alunos", "preciso de assessoramento em sala de aula, tanto para os com deficiência quanto para os de altas habilidades", "necessitamos treinamento específico", "como realizar atividades diversificadas para o aluno especial", "como avaliar o aluno".

Na fala dos autores, observa-se que os professores apresentam muitas dúvidas quanto ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido junto as crianças com necessidades especiais. Compreendemos que esse trabalho requer muita observação, pois ninguém conhece melhor uma criança que um professor atento e observador, ou seja, um professor que observa, analisa e fica atento a cada criança é capaz de coletar informações que atendam as necessidades de cada criança. Logo, o uso contínuo da observação proporciona ao educador perceber sinais, aprender a como trabalhar e agir com cada discente. Aprendemos desde o percurso acadêmico que a observação é essencial, porém dentro da sala de aula, às vezes deixamos de lado essa prática.

Ensinar crianças com necessidades especiais requer um professor atento e pesquisador. Cunha (2015) discorre sobre autismo e práticas pedagógicas, onde afirma que ser um professor observador e mediador facilita o trabalho em sala de aula:

Mediar é servir de elo entre um estímulo e uma resposta. É provocar o estímulo a fim de se obter a resposta. O mediador deve estar ativamente engajado nesse elo. A mediação é o processo de intervenção na relação do aluno com o conhecimento. É toda intervenção pedagógica que possibilita essa interação. A mediação é consequência da observação e da avaliação. Mediar é transformar a intenção de ensinar em prática docente e a intenção de aprender em aprendizagem (CUNHA, 2015, p. 62).

Ao tratar da prática pedagógica procura-se conhecer o conceito relacionado ao termo prática pedagógica. Neste sentido recorreremos ao texto de Franco (2016), “Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito”, no qual define que “as práticas pedagógicas se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social” (FRANCO, 2016, p. 541). Buscando esclarecer o conceito a autora apresenta uma dúvida recorrente quanto ao tema que é: Toda prática docente pode ser considerada uma prática pedagógica? E explica que:

Nem sempre! A prática docente configura-se como prática pedagógica quando esta se insere na intencionalidade prevista para sua ação. Assim, um professor que sabe qual é o sentido de sua aula em face da formação do aluno, que sabe como sua aula integra e expande a formação desse aluno, que tem a consciência do significado de sua ação, tem uma atuação pedagógica diferenciada: ele dialoga com a necessidade do aluno, insiste em sua aprendizagem, acompanha seu interesse, faz questão de produzir o aprendizado, acredita que este será importante para o aluno (FRANCO, 2016, p. 541).

Para Carneiro (2012, p. 86) a prática pedagógica pode ser o desafio central, e explica que “[...] embora todos os aspectos mencionados sejam fundamentais e estejam atrelados uns aos outros, a ação pedagógica direcionada e intencional contribuirá em muito para a inclusão em seu sentido pleno”.

Cabe destacar ainda que os desafios da inclusão de crianças com necessidades especiais são ainda mais complexos na Educação Infantil, pois nesta etapa “a maioria das crianças que apresentam necessidade especial não consegue o diagnóstico, muitas vezes por resistência dos familiares que não o aceitam, o que dificulta o trabalho pedagógico” (SANTOS; ALMEIDA, 2017, p. 1425).

As reflexões relativas à prática pedagógica na Educação Infantil enfatizam a superação do assistencialismo fundamentada no cuidar e passam a discutir sobre o educar, onde os dois conceitos aparecem interligados. Porém Carneiro (2012, p. 87) destaca que “[...] práticas pedagógicas arraigadas em um modelo educacional assistencialista e excludente não se modificam por decreto. Concepções precisam ser modificadas na busca desse ideal”.

Pela citação percebe-se a necessidade de uma mudança que saia do papel, que vá além da imposição dos decretos e que seja mais consistente e capaz de

transformar a prática assistencialista em prática inclusiva. Carneiro (2012, p. 87) indica que o caminho para esta mudança consiste em:

[...] construir uma história de interação com esses alunos de modo que se percebam indivíduos capazes de aprender. Percepção envolve contato direto. Sem o estabelecimento de uma relação de ver, ouvir, tocar etc. não é possível conhecer o outro. A escola, com todos os seus atores, deve se abrir para essa experiência do conhecer. Muitas vezes considera-se a necessidade de preparo da escola para receber o aluno com deficiência, incluindo nesse preparo cursos de formação para todos os envolvidos no processo educacional. Embora sejam ações importantes e necessárias, por si só não modificam práticas. Há que se permitir que a convivência estabeleça relações de percepção capazes de levar às mudanças conceituais necessárias. Aos pares, a convivência desde a educação infantil em um modelo inclusivo pressupõe a formação de novas gerações com concepções sem preconceitos sobre o outro.

Atualmente há muitas demandas diante da Educação Especial e Inclusiva, e surgem muitos trabalhos voltados para este propósito, de auxiliar na aprendizagem e na prática pedagógica. Porém, muitos desses trabalhos são focados apenas na Educação Básica regular do Ensino Fundamental, e pouco é tratado sobre o autismo na Educação Infantil, e tampouco sobre práticas pedagógicas para professores dessa área. Por isso, buscamos a seguir pesquisar e analisar trabalhos teóricos voltados para este campo.

ANÁLISE DE DADOS

O levantamento de dados para discussão e reflexão foi realizado a partir de uma base de pesquisa no campo da educação, sendo priorizados artigos, dissertações e teses publicados em língua portuguesa nos últimos cinco anos — compreendendo os anos de 2019 a 2023 — na BDTD e nos Periódicos da Capes. A busca foi realizada a partir do descritor “Autismo na educação infantil”. No primeiro momento encontramos 109 trabalhos, e 41 realizados nos últimos cinco anos, sendo que destes trabalhos, 1 tese e 7 dissertações encaixam-se na linha de pesquisa. Em seguida, com seleção cruzada dos resultados com o descritor “Práticas pedagógicas na Educação Infantil com aluno autista”, foram encontradas 7 dissertações que se aproximaram da temática deste estudo.

Com relação aos Periódicos da Capes, foram encontrados 113 artigos, dos quais 47 trabalhos realizados nos últimos cinco anos, com o descritor “Autismo na educação infantil”. Destes foi selecionado um total de 12 artigos que se aproximaram

da temática abordada. Já com o descritor “Práticas pedagógicas na Educação Infantil com aluno autista” foram encontrados 2 trabalhos realizados nos últimos cinco anos.

Em seguida, para fins de identificar os trabalhos que tratassem especificamente sobre “Práticas pedagógicas na Educação Infantil com criança autista”, analisamos seus títulos, palavras-chave e resumos, para finalmente selecionarmos 4 dissertações da BDTD e 1 artigo do portal da CAPES que têm maior aproximação com nosso tema.

Quadro 1 – Título a partir dos dados da BDTD

BDTD				
Ano	Título	Autores	Percurso metodológico	Resultados apontados
2019	AUTISMO E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores	Maria da Guia Souza	A pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa descritiva e bibliográfica de estudo de caso.	Concluiu-se a partir do estudo que o sucesso da criança com autismo está vinculado à organização, planejamento e estratégias de ensino, também pelos ambientes adequados na escola e principalmente à formação continuada de professores.
2021	O PROCESSO DA CRIANÇA COM AUTISMO EM ESPAÇOS BRINCANTES: Imaginação-emoção e o coletivo	Luana de Melo Ribas	A pesquisa utiliza uma metodologia qualitativa, descritiva e bibliográfica de um estudo de caso.	O estudo apontou a importância da interação da criança com autismo no coletivo, e evidencia que atividades e brinquedos pedagógicos são mais adequados para crianças autistas. Atenta também para a importância da formação para os professores.
2022	AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM EM ALUNO/CRIANÇA COM TEA NA PERSPECTIVA DOS DOCENTES: Um estudo de caso	Márcia Mesquita Monte	A pesquisa é qualitativa, do tipo estudo de caso, onde foi aplicado um questionário para quatro docentes da educação infantil, que tinham em comum o mesmo aluno com TEA.	Os resultados apontados mostram que as professoras elencaram o cenário sobre sujeito, estratégias e inclusão, linguagem e aquisição, e demonstraram que os limites da concepção de língua e linguagem são atravessados pelo afeto, uma vez que não se pode falar que o autista não possui linguagem, pois as sonorizações, balbucios, e demais manifestações corporais são seus modos de

				comunicação, e é preciso que seja quebrada a concepção da língua padronizada.
2022	A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Formação de professores, políticas públicas e práticas pedagógicas	Rosângela Teles Carminati Soares	A pesquisa foi de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, por meio de análise de conteúdo.	O estudo revelou a importância de reestruturar as grades de formações para ampliar o preparo para a prática docente. Percebeu-se também uma dificuldade para o trabalho pedagógico devido à falta de formação para toda a equipe que faz parte dos CMEIs, além da falta de recursos, materiais e estruturas do ambiente escolar.

Fonte: Dados levantados pelas autoras.

A partir do quadro 1, percebe-se a necessidade de ampliar a grade de formação de professores, para aprimorar a prática docente, pois muitos não são formados na área de Educação Especial, e aprendem por si próprios como trabalhar com a criança com TEA, fazendo suas próprias pesquisas. Evidencia-se também a importância de ter um profissional especialista que auxilie exclusivamente essa criança, para assessorá-la no seu desenvolvimento e aprendizagem. As questões estruturais das escolas, a falta de materiais e recursos também são fatores que interferem nesse processo e dificultam o trabalho dos professores para preparar aulas e atividades para toda a turma, e adaptá-las para as crianças com dificuldades de desenvolvimento.

O primeiro trabalho analisado foi o de Maria da Guia Souza (2019). Trata-se de um estudo de caso que teve por objetivo avaliar a efetividade de uma proposta pedagógica para intervenção escolar, na aprendizagem de uma criança com TEA, do Ensino Infantil, da cidade de Tenente Laurentino Cruz/RN. Participaram da pesquisa a professora regente, a cuidadora e uma consultora de Educação Infantil. Foi realizado um programa de capacitação para o comportamento mediador do professor. Após, foram avaliados os efeitos da mediação do professor no desenvolvimento da criança. Esses registros foram realizados após o programa de capacitação.

No tocante às práticas pedagógicas a pesquisa indica a importância da organização, planejamento e estratégias de ensino, além também das condições da

instituição, tanto estrutural quanto de oferta de materiais para a realização do trabalho pedagógico; e principalmente a formação continuada de professores, apontando a intervenção escolar, de cunho colaborativo como uma alternativa eficiente para a inclusão de crianças com TEA.

O segundo trabalho é da autora Luana de Melo Ribas (2021), que propôs avaliar a importância dos brinquedos e espaços brincantes para o desenvolvimento da criança autista, e observar como se dá o processo de imaginação na brincadeira de faz de conta dessas crianças. O estudo de caso foi realizado em um Centro Municipal de Educação Infantil de Brasília, com duas crianças de quatro anos, uma inserida em classe especial e a outra em uma classe regular. A pesquisa foi realizada através de observações e videograções em momentos de brincadeira livre e brincadeira mediada pelas professoras, com os brinquedos disponíveis em cada sala de aula, objetos disponibilizados pela pesquisadora. A partir desse trabalho, a autora conseguiu identificar os conteúdos imaginativos no brincar dessas crianças, contudo nem sempre hegemônicos.

Quanto às práticas pedagógicas, o estudo aponta a importância do brinquedo e das brincadeiras como sendo uma ponte comunicativa nas relações, e destaca a importância do papel do professor em transformar a sala de aula em um espaço brincante, ao selecionar os brinquedos adequados, estabelecer um tempo intencional dedicado ao brincar e também propiciar vivências em coletivo com todas as crianças.

O terceiro texto, da autora Márcia Mesquita Monte (2022), propõe investigar como as professoras compreendem a aquisição de linguagem da criança autista. O estudo foi realizado em um Centro Municipal de Educação Infantil de Fortaleza/CE com quatro docentes que trabalham com a mesma criança com TEA. A autora procurou aplicar um questionário para compreender as concepções de cada professora. Os resultados foram que esses docentes compreendem que a criança autista pode não verbalizar, mas sabe se comunicar, e que a aquisição de linguagem é um processo, que vão adquirindo-a pela estimulação, imitação ou repetição de palavras.

Percebeu-se que mesmo cada profissional tendo um estudo ou formação diferente uma das outras, todas compreendem que o afeto é o essencial para a inclusão, “abraçar” essas crianças e dar a oportunidade de educação para todos. A partir da leitura foi possível observar a importância da capacitação e formação

continuada para professores, para que tenham mais acesso a informações sobre esses casos e auxiliá-las no processo de inclusão.

Com relação às práticas pedagógicas o estudo foca no desenvolvimento da linguagem sugerindo as seguintes práticas: promover momentos em que a criança faça a narração de algo que aconteceu, elaborar atividades a partir de temas em que a criança com TEA demonstre interesse ou de que afirme gostar, utilizar jogos adaptados e sonoros explorando a linguagem neles contida, muita ludicidade e cita também a utilização de recursos tecnológicos como o uso do tablet e do notebook para os momentos de brincadeira e também de aprendizagem.

Por fim, o último trabalho analisado foi da autora Rosângela Teles Carminati Soares (2022), que buscou pesquisar e apresentar a percepção de formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar da criança com TEA. Participaram da pesquisa vinte professores de Educação Infantil, de região fronteira, que atuaram com crianças com autismo. A entrevista foi realizada a partir de um questionário.

O texto fundamenta também que essa melhoria na formação dos docentes só é possível se houver investimentos do setor público e políticas públicas voltadas para a educação, promovendo assim a inclusão de todos. O trabalho cita a Lei nº 12.764/2012 que estabelece o direito da possibilidade de um acompanhante especializado em sala de aula, quando necessário. E faz uma denúncia quanto à prática recorrente desta função de acompanhante especializado ser ocupada por estagiários, a maioria estudantes do magistério, agentes de apoio e alguns professores. A autora relata que este fato é prejudicial ao desenvolvimento da criança, pois o auxílio de um profissional especializado é capaz de promover um melhor desempenho da criança, visto que tem conhecimento para realizar as adaptações. O estudo chama a atenção para que não aconteça troca de acompanhante especializado, pois a criança autista pode apresentar medo anormal com outras pessoas, visto que esta é uma das especificidades que o aluno com TEA comumente apresenta. O trabalho conclui que para promover o desenvolvimento das crianças com TEA a formação continuada é imprescindível para aprimorar as práticas pedagógicas.

Neste processo de aprendizagem e desenvolvimento aborda as seguintes necessidades e práticas pedagógicas: estratégias de ensino e materiais adaptados que despertem o interesse, como brincadeiras e músicas que prendam a atenção do aluno; criar vínculo afetivo; as atividades têm de ser significativas e ter sentido para a

vida da criança com autismo; a presença de profissionais de apoio e a parceria entre a escola e a família; a elaboração de rotina visual, onde se deve explicar a criança o que vai acontecer na atividade; professor mediador e flexível que realize as adaptações das atividades, das metodologias e dos materiais; utilizar o lúdico, jogos e brincadeiras como estratégias de aprendizagem; e observar as singularidades das crianças para melhor atender suas necessidades. Devem-se promover atividades acadêmicas coletivas, que favorecem a interação com os seus pares; como sugestão apresenta-se a música do abraço, que possibilita o estímulo às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo.

Para contação de história sugere algumas estratégias, como utilizar uma forma mais lúdica, antecipar o momento da história com a exposição do livro que seria contado para a turma, fazendo inferências do que seria exposto naquela história, procurar narrar com detalhes os episódios do conto infantil com gestos e músicas, mostrando a imagem de cada cena à turma; se a criança com TEA não se sentar na cadeira e ficar no chão, sugere-se que a professora também sente no chão e continue mostrando as figuras para que a criança se inteire do contexto dos fatos narrados. Outra estratégia para chamar a atenção da criança é colocá-lo no colo para que ele não se disperse da história e acompanhe a contação de história até o final (SOUZA, 2019).

Quadro 2 – Título a partir dos dados da CAPES

CAPES				
Ano	Título	Autores	Metodologia	Resultados apontados
2019	INCLUSÃO E AUTISMO: Relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil	Maria Cristina Souza Teixeira e Danielle Ribeiro Ganda	A pesquisa é qualitativa, descritiva e com levantamento bibliográfico, e um estudo de caso.	Conclui-se que práticas pedagógicas diferenciadas auxiliam o aluno a ter mais autonomia e progresso em sua aprendizagem. O acompanhamento diário ao aluno evidencia o quanto é necessário um profissional de apoio preparado, que busque alternativas criativas e adaptadas para propiciar uma melhor aprendizagem da criança com TEA.

Fonte: Dados levantados pelas autoras.

No quadro 2, é apresentado o texto das autoras Maria Cristina Souza Teixeira e Danielle Ribeiro Ganda (2019), que buscaram realizar um estudo de caso sobre a inclusão de uma criança com TEA na Educação Infantil, apresentando atividades

realizadas pela profissional de apoio e os impactos no desenvolvimento dessa criança. Os resultados obtidos foram a importância de se ter um profissional de apoio qualificado para auxiliar a criança com autismo, e de se trabalhar com práticas pedagógicas diferenciadas. O estudo mostrou que essas práticas auxiliaram na socialização, na autonomia e na aprendizagem dessa criança. Traz 13 sugestões para pais e professores auxiliarem a criança, tanto em casa como na escola. Estas sugestões relacionam-se à socialização, à autonomia e à aprendizagem, logo constituem-se sugestões de práticas pedagógicas para aplicar as crianças com TEA.

As principais sugestões são: buscar saber do que a criança gosta, para que assim consiga desenvolver atividades que despertem a motivação. As crianças com TEA têm dificuldade em interpretar expressões ou falas, por isso é importante fazer plaquinhas de sentimentos ou atividades, pois se não conseguir expressar-se ou ser compreendida pode ter crises; organizar rotinas diárias, pode evitar crises e diminuir a ansiedade. Como exemplo cita-se o relógio da rotina com cores diferenciadas para cada período do dia e com figuras que despertem o interesse da criança; a criança com TEA apresenta dificuldade em olhar fixamente a pessoa que fala com ela, então é necessário desenvolver esta habilidade através de brincadeiras como “Esconde-esconde”, “Cadê você? Achou você!”, “Bolha de sabão” e “Pega a bola”; para auxiliar na aprendizagem é fundamental trabalhar com o concreto e o lúdico, por exemplo no momento de contação de história fazer uso de fantoches, imagens e músicas que despertem o interesse da criança com TEA e, ao realizar tarefas escolares, apresentar por partes menores, para evitar o cansaço e o desinteresse; e para finalizar esta lista destaca-se a importância de ter afeto e ser compreensível, usar frases curtas para conversar, utilizar brinquedos pedagógicos ou sensoriais, fazer elogios constantemente e, o principal de tudo, promover a socialização com outras crianças (TEIXEIRA e GANDA, 2019).

A exemplificação de estudos de caso foi observada no artigo e em três das quatro dissertações analisadas. Também foram utilizadas entrevistas, instrumentos estes que trazem dados da prática pedagógica com base na realidade de crianças e professores. Assim pudemos identificar diversas práticas pedagógicas que se mostraram promissoras para serem aplicadas na Educação Infantil com crianças autistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma condição do comprometimento da comunicação e interação social, além de padrões de comportamentos repetitivos e restritivos. O autismo pode ser observado desde as épocas antigas, mas é somente a partir de 1900 que começam os estudos de casos para compreendê-lo. A legislação de Educação Especial no Brasil aparece em 1854 com iniciativas oficiais e particulares isoladas. No ano de 2016 entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015. Em 27 de dezembro de 2012 é criada a Lei nº 12.764, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, e vem reafirmar os princípios inclusivos, já presentes em outros documentos. A Lei declara que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, sendo-lhe assegurado o direito de estudar em escolas regulares.

Assim, o objetivo do estudo foi evidenciar as principais práticas pedagógicas aplicadas na Educação Infantil com criança autista, a partir da produção acadêmica. Em síntese, os estudos analisados revelam um conjunto de práticas pedagógicas que se mostraram promissoras para serem aplicadas na Educação Infantil com crianças autistas. E também indicam necessidades específicas a considerar-se no aprendizado e desenvolvimento das crianças autistas.

Dentre elas, destaca-se o estabelecimento de uma rotina diária, que ajudará a evitar crises e diminuirá a ansiedade (TEIXEIRA *et al.*, 2019; SOUZA, 2019).

O professor deve assumir um papel de mediador, ser flexível, realizar as adaptações das atividades, das metodologias e dos materiais, elaborar atividades a partir de temas em que a criança com TEA demonstre interesse, utilizar o lúdico, brinquedos pedagógicos e sensoriais, jogos e brincadeiras como estratégias de aprendizagem e observar as singularidades do aluno para melhor atender suas necessidades. Deve ainda ser afetivo, compreensivo, usar frases curtas para conversar, fazer elogios constantemente e, o principal de tudo, promover a socialização com outras crianças (TEIXEIRA *et al.*, 2019; SOUZA, 2019; RIBAS, 2021; MONTE, 2022). Monte (2019) destaca ainda a utilização dos recursos tecnológicos como o uso do tablet e do notebook para desenvolver a atenção e a linguagem.

Notou-se que o tema é pouco discutido e pesquisado, sendo que de início foi localizado um grande volume de obras sobre o tema autismo, porém analisando cada uma, foi possível selecionar apenas cinco escritos que relatam sobre práticas

pedagógicas. Percebe-se a necessidade da ampliação de pesquisas sobre o assunto, sendo que a inclusão no Brasil está cada vez mais forte, e mais presente na Educação Infantil. Observando os textos foi possível identificar também a importância de investimentos para a formação continuada de professores para aperfeiçoar as práticas pedagógicas, melhorando assim a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças com TEA, e conseguindo promover a inclusão e educação a todos.

Esta pesquisa buscou realizar um levantamento das práticas pedagógicas aplicadas na Educação Infantil com criança autista e desta forma contribuir com o trabalho docente na inclusão da criança com TEA. Porém requer-se maior discussão sobre o tema, visto que a Educação Infantil é um espaço privilegiado para observação, a qual pode contribuir para o diagnóstico precoce.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise Maria. Educação Especial no Brasil: uma análise histórica. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, ano V, n. 8, mai. 2007.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] União, ano CXXXIV, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, junho de 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124965>. Acesso 22 jun. 2023.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

DINIZ, Francisco Espedito *et al.* Educação inclusiva: desafios e possibilidades. *In: CONEDU*, 5., 2018, Campina Grande. **Anais [...]** Campina Grande: Realize Editora,

2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47145>. Acesso em: 22 jun. 2023.

DOTA, Fernanda Piovean; ALVES, Denise Maria. Educação especial no Brasil: uma análise histórica. **Revista Científica Eletrônica da Psicologia**, São Paulo, n. 8, mai. 2007.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217666812016000300534&lng=en&nrm=is. Acesso em: 25 abr. 2023.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.-set. 2012.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, São Paulo, v. 22, n. 57, 2010.

MONTE, Márcia Mesquita. **Aquisição de linguagem em aluno/criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na perspectiva dos docentes: um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Minter interinstitucional em Ciências da Linguagem Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 112f., 2022.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro *et al.* (Orgs.). **Educação Especial: desenvolvimento infantil e processos educativos**. Curitiba: CRV, 2015.

RIBAS, Luana de Melo. **O processo criador da criança com autismo em espaços brincantes: imaginação-emoção e o coletivo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar) - Universidade de Brasília. Brasília, 212f., 2021.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho; SPENCER, Eric. **A criança autista**. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

SOARES, Rosângela Teles Carminati. **A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) na educação infantil: formação de professores, políticas públicas e práticas pedagógicas**. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, 130f., 2022.

SOUZA, Maria da Guia. **Autismo e inclusão na Educação Infantil: efeitos de um programa de intervenção colaborativa nas práticas pedagógicas dos professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 129f., 2019.

TEIXEIRA, Maria Cristina Souza; GANDA, Danielle Ribeiro. Inclusão e autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil. **Psicologia e Saúde em Debate**, v. 5, n. 2, p. 125-135, 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.